



Estratégia
Concursos

SIMULADO FINAL - ESTILO FCC

TRF

3ª REGIÃO

ANALISTA JUDICIÁRIO (ÁREA JUDICIÁRIA)

Simulado Especial

TRF 3ª Região – Analista Judiciário (Área Judiciária)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TRF;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com alternativas A, B, C, D e E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TRF3-23-11>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 13 – A B C D E | 25 – A B C D E | 37 – A B C D E | 49 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 14 – A B C D E | 26 – A B C D E | 38 – A B C D E | 50 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 15 – A B C D E | 27 – A B C D E | 39 – A B C D E | 51 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 16 – A B C D E | 28 – A B C D E | 40 – A B C D E | 52 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 17 – A B C D E | 29 – A B C D E | 41 – A B C D E | 53 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 18 – A B C D E | 30 – A B C D E | 42 – A B C D E | 54 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 19 – A B C D E | 31 – A B C D E | 43 – A B C D E | 55 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 20 – A B C D E | 32 – A B C D E | 44 – A B C D E | 56 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 21 – A B C D E | 33 – A B C D E | 45 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 22 – A B C D E | 34 – A B C D E | 46 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 23 – A B C D E | 35 – A B C D E | 47 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 24 – A B C D E | 36 – A B C D E | 48 – A B C D E | 60 – A B C D E |

PORTUGUÊS**5 TEXTO I****Ser feliz ou ter razão?**

Desde criança somos incentivados a moldar o nosso ego para que ele se torne uma arma e um escudo ao mesmo tempo. Começa um processo de blindagem para que não sejamos ofendidos nem taxados como inferiores. E com o passar dos anos já estamos experts em defender com unhas e dentes a nossa lustrada razão. Mesmo que isso nos cause prejuízos.

Diz aí, quantas pessoas você conhece que nunca dão o braço a torcer? Que falam muito sobre Jesus e nunca deram a outra face para bater? Ou vivem uma falsa verdade, mantêm a fachada da família feliz para permanecer na falsa superioridade da razão.

Aquelas pessoas que querem ter sempre a última palavra na discussão. Aqueles que ficam segurando a porta do elevador até a última pessoa sair. Não por educação, mas por alguma espécie de saciamento do ego. Ou os que juram que o trajeto que escolheram é sempre o melhor. Os que dizem sempre “vai por mim”. Os que ligam para o CVV (Centro de Valorização da Vida) e acabam se matando.

Se a nossa grama não é mais verde, ela é de uma raça importada. “Meu carro é um popular, mas é mais econômico que o seu”. Não se pode ficar por baixo. Há de se procurar uma razão para justificar a posição de segunda voz na dupla sertaneja. Nunca é a sua vez de ceder. É o machismo e o feminismo exacerbado, é a sensação de ser sempre a resposta, nunca a pergunta.

Considero uma das melhores frases do mundo aquela criada por Ferreira Gullar: “Não quero ter razão, eu quero é ser feliz!” O poeta teve esse insight quando estava em casa sozinho depois de uma briga com sua mulher. Ele ficou na fossa e acabou ligando pra ela dizendo essa frase. Tudo ficou em paz. O mais incrível é que tempos depois, após publicado em seus versos, um leitor o encontrou e disse que aquela frase também o teria feito reatar com sua namorada.

Quantas e quantas vezes nós já deixamos passar coisas, momentos e oportunidades apenas por querer ter a razão. Talvez nem por nossa própria culpa, mas pelo condicionamento que cultivamos no curso da vida. Precisamos manter o ego intacto, ou seguir apenas o intelecto, o lado esquerdo do cérebro. Ego, orgulho, razão, eles estão ali juntinhos, bem perto um do outro; como uma barreira de jogadores a impedir o gol.

Você pode ter perdido uma amizade apenas por não querer ligar primeiro. Ter se envolvido em um acidente por escolher a estrada mais difícil só para ter razão. Se perder em algum lugar desconhecido por dizer sempre “eu sei o que estou fazendo”. Vai haver momentos em que não saberemos mesmo, o que estamos fazendo. E isso é completamente natural. Não é ser ofendido, tão pouco inferior. Não ter a razão de vez em quando é premissa fundamental para ser feliz. É ou não é? Desculpa, mas é que eu tenho razão.

<https://recalculandoarota.com.br/ser-feliz-ou-ter-razao-a-pergunta-que-voce-nao-deveria-mais-errar/>

01. De acordo com o texto,

a) durante a infância, sofremos um processo de condicionamento que transforma nossa mente em uma

máquina cujo exclusivo propósito é atacar para nunca mostrar vulnerabilidades.

b) não é necessariamente uma confissão de derrota retórica não fazer questão de ter a última palavra nas discussões.

c) a verdadeira superioridade está em sempre ceder para evitar conflitos desnecessários, que muitas vezes nascem por disputas pautadas em vaidade.

d) é premissa fundamental para ser feliz é não ser ofendido, tampouco sentir-se inferior.

e) apesar dos conflitos, estar certo sempre também é uma forma de ser feliz, pois o ego encontra saciedade em jamais ser contrariado.

02. A mensagem principal do autor poderia ser resumida no seguinte raciocínio.

a) ainda que se corra o risco de assumir uma aparente posição de inferioridade, é imprescindível que se façam concessões para se obter uma vida mais feliz.

b) O machismo e o feminismo exacerbado dão a sensação de ser sempre a resposta, nunca a pergunta.

c) É natural que nunca saibamos o que estamos fazendo, daí a necessidade de sermos mais humildes e admitir falhas.

d) Ego, orgulho e razão são escudos que usamos para garantir nossa felicidade, mesmo que isso fira pessoas próximas.

e) O segredo da felicidade é não se importar se a grama do vizinho é mais verde ou se seu carro é mais econômico.

03. Houve emprego de linguagem figurada exceto em

a) E com o passar dos anos já estamos experts em defender com unhas e dentes a nossa lustrada razão.

b) Diz aí, quantas pessoas você conhece que nunca dão o braço a torcer?

c) Que falam muito sobre Jesus e nunca deram a outra face para bater?

d) Aqueles que ficam segurando a porta do elevador até a última pessoa sair.

e) Há de se procurar uma razão para justificar a posição de segunda voz na dupla sertaneja.

04. Traduz-se adequadamente um segmento do texto em

a) Você pode ter perdido uma amizade (7º parágrafo) = Você deixou de ter um amigo.

b) Desde criança somos incentivados a moldar o nosso ego (1º parágrafo) = O estímulo à modelagem egocêntrica ocorre na infância

c) Começa um processo de blindagem (1º parágrafo) = uma armadura do ego se processa

d) por não querer ligar primeiro (7º parágrafo) = em razão de não ter querido ligar primeiro.

e) Desculpa, mas é que eu tenho razão (7º parágrafo) = perdoe-me, tenho razão, contudo.

05. Sobre as estruturas e ideias apresentadas no texto, considere os itens abaixo e assinale a opção correta.

I- Em "Ele ficou na fossa e acabou ligando pra ela dizendo essa frase", verificam-se indícios de linguagem informal.

II- Em "Não é ser ofendido, tão pouco inferior", há inadequação no uso da expressão "tão pouco", que poderia ser sanada pela substituição por "tampouco".

III- No segmento "Quantas e quantas vezes nós já deixamos passar coisas", ocorre redundância por repetição desnecessária de expressões com o exato mesmo sentido.

Está(ão) correto(s).

- a) I, apenas.
- b) I e II
- c) II e III
- d) I e III
- e) I, II e III.

06. Transpondo-se a frase "Precisamos manter o ego intacto" para a voz passiva, a forma verbal correspondente será

- a) precisava manter-se
- b) precisa-se manter
- c) precisa ser mantido
- d) mantém-se intacto.
- e) é mantido.

07. Articulam-se adequadamente os tempos e modos verbais em

- a) Na primeira vez em que teve oportunidade, o autor citara que o poeta Ferreira Gullar acreditasse na importância de dar o braço a torcer.
- b) Uma vez que a mentalidade defensiva se alterasse, nós tínhamos passado a sofrer menos por conflitos fúteis.
- c) Se os motivos que nos levam a querer sobressair fossem, em boa parte, relevantes, a convivência harmônica tende a melhorar.
- d) No caso de surgir a necessidade de provar-se o dono da razão, a tensão dos conflitos elevava-se rapidamente.
- e) Tão logo aprendemos a abrir mão do desejo egóico de estar sempre certo, vimos reduzido o número de conflitos baseados em vaidade.

08. O vocábulo "expertos" (1º parágrafo) foi utilizado com sentido de

- a) prontos, atentos
- b) especialistas, experientes
- c) alerta, vivos.
- d) expectadores, ávidos.

e) atentos, inteligentes.

09. Está clara, correta e coerente a redação do livre comentário sobre o texto.

- a) Haverá sempre de existir quem deseje dar a palavra final em discussões quaisquer.
- b) Com o passar do tempo, há de passar despercebidos os valores morais mais tendentes.
- c) Conquanto passamos a vida tentando ser felizes, nunca abrimos mão de ter razão em situações de conflito.
- d) Somos condicionados a mostrar sempre posição de superioridade, posto que ninguém se sente bem ao ser menosprezado.
- e) Aqueles momentos de maior saudade opõem-se lembranças de termos agido de forma inflexível.

10. Transpondo-se a fala "Não quero ter razão, eu quero é ser feliz!", de Ferreira Gullar, para o discurso indireto, a forma correspondente será

- a) Ferreira Gullar disse que não quer ter razão, queria era ser feliz.
- b) Ferreira Gullar dizia que não quis ter razão, quis só ser feliz.
- c) Ferreira Gullar disse que não queria ter razão, queria era ser feliz.
- d) Ferreira Gullar disse que não queria ter razão, queria apenas ser feliz.
- e) Ferreira Gullar disse: "não queria ter razão, queria era ser feliz".

RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Guilherme selecionou 150 questões para elaborar um de seus PDFs. Guilherme já havia comentado 30% das questões em outras aulas e, portanto, não podiam ser utilizadas nesse novo PDF. Das demais questões, 20% eram muito fáceis e também não seriam utilizadas. Considerando-se o número total de questões selecionadas no início, é correto dizer que o número de questões que Guilherme pode utilizar para elaborar o PDF representava

- a) 48%
- b) 40%.
- c) 56%
- d) 44%
- e) 52%

12. Kovarik gasta para realizar metade de um serviço o mesmo tempo que Brunno gasta para realizar 5/6 do mesmo serviço. Se Kovarik e Brunno realizam, juntos, o serviço em 15 dias, então Kovarik realizaria, sozinho, o serviço completo em

- a) 20 dias.
- b) 24 dias.
- c) 42 dias.
- d) 36 dias.
- e) 40 dias.

13. As letras da palavra CORUJA foram embaralhadas e a nova sequência dessas mesmas letras possui as seguintes propriedades:

- Nenhuma das 6 letras ocupa a sua posição inicial.
- As vogais aparecem juntas, na mesma ordem que estavam: O, U, A.
- A 5ª letra não é R.
- A letra J aparece antes da letra C.

É correto concluir que, na nova sequência,

- a) a 3ª letra é U.
- b) a 5ª letra é A.
- c) a 1ª letra é J.
- d) a 4ª letra é C.
- e) a 6ª letra é R.

14. Certo dia, Dani Pires escreveu quatro frases na sua agenda:

- Ontem foi dia 12;
- Hoje não é dia 14;
- Amanhã será dia 15;
- Das frases anteriores, uma delas é falsa e as outras são verdadeiras.

Dani escreveu essas frases no dia:

- a) 11
- b) 12
- c) 13
- d) 14
- e) 15.

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

15. Analise os itens abaixo

- I. O poder público deve fomentar o desenvolvimento científico, a pesquisa e a inovação e a capacitação tecnológicas, voltados à melhoria da qualidade de vida e do trabalho da pessoa com deficiência e sua inclusão social.
- II. O fomento pelo poder público deve priorizar a geração de conhecimentos e técnicas que visem ao tratamento de deficiências e ao

desenvolvimento de tecnologias assistiva e social, mas não a prevenção.

III. O poder público deverá estimular, em especial, o emprego de tecnologias da informação e comunicação com o intuito de superar os limites funcionais da pessoa com deficiência, bem como a adoção de soluções que visem a ampliar a acessibilidade da pessoa com deficiência à computação e aos sítios da internet, em especial aos serviços de governo eletrônico.

IV. Como na modalidade de inclusão conhecida como colocação competitiva a pessoa com deficiência está em igualdade de condições com as demais, não são permitidos meios de trabalho com apoio.

Considerando as disposições do Estatuto da Pessoa com Deficiência, estão corretas as seguintes assertivas.

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II, e III.
- c) I e III.
- d) III e IV.
- e) II, III e IV.

SUSTENTABILIDADE

16. Acerca da Política Nacional de Resíduos Sólidos e os temas relacionados à sustentabilidade, marque a opção incorreta:

- a) A prevenção e a precaução são princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- b) Entre os objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos temos a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- c) A União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos.
- d) São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de pilhas e baterias.
- e) A Lei 12.305/10, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, aplica-se aos rejeitos radioativos.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

17. Um dos conceitos do PMBOK trata de “Uma decomposição hierárquica orientada à entrega do trabalho a ser executado pela equipe do projeto para atingir os objetivos do projeto e criar as entregas necessárias. Ela organiza e define o escopo total do projeto”. A definição acima refere-se a:

- a) Escopo dos projetos prioritários.
- b) Técnica PERT-CPM.
- c) Gestão de riscos.
- d) Gestão por diretrizes.
- e) Estrutura analítica do projeto - EAP.

18. Nem sempre a estratégia pretendida pela organização é implementada em sua totalidade, do modo que foi concebida. A estratégia gerada durante a execução da estratégia deliberada, envolvendo as adaptações necessárias e que não era a intenção da organização na formulação da estratégia pretendida chama-se:

- a) deliberada.
- b) emergente.
- c) realizada.
- d) não realizada.
- e) pretendida.

GESTÃO ESTRATÉGICA

19. O processo de gestão de riscos envolve as seguintes fases, exceto:

- a) estabelecimento do contexto.
- b) tratamento dos riscos.
- c) comunicação e consulta com os acionistas.
- d) avaliação dos riscos.
- e) análise dos riscos.

20. Um secretário de saúde do município de Terreirinho do Oeste deseja utilizar uma ferramenta que aponte quais são as doenças que mais geram mortes e internações no hospital local. A ferramenta adequada para esse trabalho seria o:

- a) Diagrama de Ishikawa.
- b) Diagrama de Dispersão.
- c) Brainstorming.
- d) Diagrama de Pareto.
- e) Árvore de decisão.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região necessita realizar procedimento licitatório para a aquisição de materiais comuns de uso diário no âmbito das secretarias. Após o levantamento dos quantitativos necessários, o setor responsável pelas compras determinou que o valor estimado da contratação seria de R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos reais). Nesse caso, tendo em vista o objeto e o valor estimado, a modalidade e o tipo licitatórios cabíveis para a contratação é (são):

- a) o concurso e a concorrência, ambas pelos critérios de técnica e preço.
- b) a tomada de preços e o convite, sob os critérios de menor preço e melhor técnica, respectivamente.
- c) apenas a concorrência, sob o tipo de técnica e preço, em virtude do valor.
- d) o pregão e o leilão, ambas sob o critério de menor preço.
- e) o pregão, pelo critério de julgamento de o menor preço.

22. A Constituição Federal de 1988 determina que a Administração Pública observará uma série de princípios que regem toda a sua atuação. Esses princípios alcançam

- a) apenas a Administração indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, excluindo a administração pública direta, por estar sujeita a regime diferenciado aplicável ao poder executivo federal.
- b) a Administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- c) a Administração pública direta e indireta, excluído o Poder Judiciário, em virtude da separação dos poderes e da independência desse poder.
- d) apenas a administração direta e o Poder Executivo, pois ambos são responsáveis pelo exercício da função pública propriamente dita.
- e) a Administração pública direta e indireta, excluído o Poder Legislativo, em virtude da separação dos poderes, da independência desse poder e do fato de que está sujeito ao controle do Tribunal de Contas.

23. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região firmou contrato administrativo para a realização de reforma em um de seus edifícios sede. O fiscal do contrato informou à autoridade competente a conclusão da obra. Porém, em virtude da importância e características da obra, a autoridade competente resolveu designar uma comissão para realizar os procedimentos de recebimento do objeto. Em relação ao procedimento de recebimento do objeto contratado, considerando as disposições constantes na Lei nº 8.666/1993, está correto afirmar que

- a) em qualquer caso, a comissão poderá receber o objeto provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação; ou definitivamente, mediante recibo, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.
- b) o recebimento do objeto deve ser atestado pela comissão através de termo circunstanciado, ensejando, a partir de então, a responsabilidade civil estatal pela solidez e segurança da obra.
- c) no caso de a reforma não ultrapassar o valor da modalidade tomada de preços, o recebimento provisório poderá ser dispensado, desde que a reforma não contemple aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade, realizando o recebimento final mediante recibo.
- d) em se tratando de obras e serviços, o objeto pode ser recebido provisoriamente somente por comissão designada pela autoridade competente e mediante termo circunstanciado, após vistoria que comprove a adequação do objeto ao contrato.
- e) após a vistoria e o recebimento provisório ou definitivo, fica excluída a responsabilidade civil da contratada a partir da assinatura do recibo.

24. Joana, servidora do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, cumpriu penalidade de suspensão em janeiro de 2017. Após o decurso de mais de dois anos de efetivo exercício, em março de 2019, pleiteou o cancelamento do registro, motivado pelo fato de não ter sofrido mais nenhum tipo de penalidade nesse período. Nos termos da Lei nº 8.112/1990,

- a) o pedido de Joana deve ser deferido, pois a prescrição nesses casos ocorre no prazo de dois anos, procedendo-se ao cancelamento do registro com efeitos retroativos.
- b) o prazo para cancelamento está correto, mas o deferimento do pedido não poderá ter efeitos retroativos.
- c) Joana deve informar sua intenção de requerer o cancelamento ao superior imediato, que será responsável por efetuar o pedido junto à autoridade competente.
- d) o pedido de Joana não poderá ser deferido, uma vez que o prazo para o cancelamento da penalidade de suspensão é de cinco anos de efetivo exercício, sem a

ocorrência de nova irregularidade, sendo que o cancelamento não gera efeitos retroativos.

- e) o prazo para cancelamento do registro de penalidade de suspensão é de três anos de efetivo exercício e somente cabível com efeitos retroativos caso a servidora não tenha praticado nova infração disciplinar.

25. Um ministro de Estado editou, mediante delegação do Presidente da República, ato normativo não amparado em lei, dispondo sobre a organização e o funcionamento dos órgãos subordinados ao respectivo ministério. Na justificativa, o ministro consignou que o ato não criou nem extinguiu órgãos administrativos, e também não ensejou alteração no orçamento do ministério. Irresignados com a medida, alguns servidores pleitearam, junto à respectiva associação, a impugnação do ato ministerial. Após levantar informações, a associação de classe interpôs recurso administrativo, que, nos termos da legislação aplicável:

- a) deverá ser deferido, uma vez que um ministro de Estado não pode editar ato normativo não amparado em lei, mas seria cabível a utilização de decreto autônomo, editado pelo Presidente da República, apto a inovar no ordenamento jurídico.
- b) não poderá ser deferido, uma vez que a legislação de processo administrativo não outorga à associação legitimidade para recorrer em nome de seus associados.
- c) deverá ser deferido, pois a Lei de Processo Administrativo não admite delegação para editar atos de caráter normativo, de tal forma que o ato do ministro de Estado não encontra fundamento na legislação.
- d) será indeferido, uma vez que, apesar de a legislação administrativa vedar a delegação de ato de caráter normativo, a situação encontra respaldo diretamente no texto constitucional, podendo o ministro editar o ato normativo, ainda que não esteja regulamentando nenhuma lei.
- e) poderá ser deferido, desde que o recurso seja direcionado ao próprio ministro de Estado, cabendo a impugnação de ato administrativo normativo na via administrativa.

DIREITO CONSTITUCIONAL

26. A Constituição de determinado Estado dispôs acerca da competência do respectivo Tribunal de Justiça para o julgamento de certas autoridades. Aníbal, Promotor de Justiça, diante de ato ilegal praticado pelo Governador desse mesmo Estado, ao consultar o diploma organizatório do ente, decide impetrar mandado de segurança perante o Tribunal Estadual, o qual é denegado, por unanimidade. Considerando o contexto apresentado, Aníbal:

- a) Poderá interpor recurso ordinário perante o STJ.
- b) Poderá interpor recurso especial perante o STJ, que é o órgão cuja competência para julgar os Mandados de Segurança denegatórios, contra atos de Governador de Estado, foi estabelecida na Constituição Federal.
- c) Sequer poderia ter impetrado MS perante o TJ, uma vez que a Constituição Federal não atribui competência à Justiça Estadual para o julgamento de Governador de Estado.
- d) Deverá interpor recurso extraordinário perante o STF, por envolver matéria constitucional.
- e) Deverá interpor reclamação constitucional endereçada ao STF.

27. A associação Galo de Briga, sediada no município de Lindos Ares, diante da notícia de que ex-integrantes, que haviam sido excluídos da entidade, estariam se organizando para formar outra associação, Toca da Coruja, com o objetivo de prestar auxílio mútuo e defender os interesses de seus membros no âmbito judicial e extrajudicial, decide estabelecer, em assembleia, a cobrança de taxa para o desligamento da referida instituição, a fim de evitar a fuga de associados. De acordo com o que determina a Constituição Federal, é correto afirmar que:

- a) Eventuais filiados de Galo de Briga não poderão integrar a associação Toca da Coruja, enquanto não satisfeita a obrigação pecuniária definida em assembleia.
- b) Toca da Coruja poderá acionar o Ministério Público, para que este promova a suspensão cautelar das atividades de Galo de Briga, tendo em vista a ilicitude da cobrança da taxa mencionada.
- c) Os associados de Galo de Briga são livres para dela se desligarem, a qualquer tempo, independente do pagamento de taxas, não podendo, no entanto, associar-se à Toca da Coruja, que possui o mesmo objeto e abrangência territorial da primeira.
- d) Toca da Coruja, diante de eventuais abusos e condutas intimidatórias por parte de Galo de Briga cometidas contra ex-integrantes, ainda que haja previsão no estatuto da entidade para a representação judicial dos filiados, necessitará de autorização expressa destes para tanto.
- e) Toca da Coruja poderá, baseada no instituto da substituição processual, representar seus filiados e

pleitear, judicialmente, a dissolução definitiva de Galo de Briga.

28. Néscio, deputado estadual, desejando cercar-se de informações mais precisas acerca das funções desempenhadas pela Assembleia Legislativa de seu Estado e dos limites da atuação legislativa correspondente, inicia seus estudos sobre o modelo de repartição de competências delineado na Constituição Federal. Fica surpreso ao constatar que, para além da repartição horizontal, nossa federação conta com um sistema de repartição vertical de competências, o qual se materializa:

- a) Na possibilidade de atuação supletiva dos estados-membros, frente à inércia da União na edição de normas gerais relativas à seguridade social.
- b) Na possibilidade de eventual lei estadual, tratando de normas gerais sobre direito previdenciário, vir a ser revogada com a superveniência de lei federal regulando o tema.
- c) Na hierarquia existente entre leis federais, estaduais e municipais que, em relação a determinadas matérias, destinam-se apenas a complementar a norma superior.
- d) Na possibilidade de delegação da competência privativa da União para legislar sobre Direito Penal.
- e) Na competência suplementar-complementar dos estados, bem como na competência suplementar dos municípios, para legislar sobre direito tributário.

29. Dervásio, Governador de determinado Estado da Federação, no exercício do seu segundo mandato, decide nomear seu filho, Dercy, como seu auxiliar direto na Secretaria da Saúde. Dercy, cujas ambições políticas não encontram limites, opta por candidatar-se, também, ao cargo de Presidente da República. Considerando o que estabelece a Constituição Federal e a jurisprudência acerca do assunto, assinale a alternativa correta:

- a) Tanto a nomeação de Dercy para secretário de Estado, por configurar nepotismo, quanto a candidatura ao cargo eletivo, por incidir a inelegibilidade reflexa, não são autorizadas pela atual Constituição.
- b) A nomeação para secretário não configura nepotismo, porém, uma vez no exercício dessa função, Dercy deixa de ser elegível para o cargo eletivo pretendido.
- c) Na situação descrita, não há qualquer impedimento à nomeação para o cargo de Secretário de Estado, tampouco à candidatura a Presidente da República.
- d) A nomeação para o cargo de secretário ofende claramente a vedação ao nepotismo mas, caso Dervásio se desincompatibilize nos 6 meses anteriores à eleição, Dercy poderá lançar-se candidato a qualquer cargo eletivo.
- e) A nomeação para Secretário de Estado não configura nepotismo, porém Dercy só poderá candidatar-se a cargos eletivos do Poder Legislativo, restando impedida sua pretensão ao cargo de chefe do Poder Executivo Federal nas próximas eleições.

- 30.** Alfredo, deputado federal, e Aurélio, deputado estadual, foram pegos em flagrante ao cometerem o crime de furto, praticado no condomínio em que residem. Sabendo da existência das imunidades parlamentares, consultaram um advogado, a fim de se certificarem se estariam, de fato, acobertados por ela. Considerando o que dispõe a Constituição Federal a respeito, é correto afirmar que:
- a) Ambos estão protegidos pela imunidade relativa à prisão e ao processo, desde o momento em que tomaram posse nos respectivos cargos.
 - b) Alfredo e Aurélio não estão sujeitos a nenhuma espécie de prisão e sequer podem ser processados por crimes cometidos no exercício do mandato, incidindo, no caso apresentado, a imunidade formal absoluta.
 - c) Na situação em análise, os parlamentares não poderão ser presos, mas poderão ser processados. Nesse caso, os processos serão apartados e a casa legislativa respectiva poderá sustar o andamento da ação.
 - d) Alfredo e Aurélio poderão ser presos, já que foram pegos em situação de flagrância, mas apenas Aurélio poderá ser processado, já que a ele não se estende a imunidade formal.
 - e) Alfredo e Aurélio não poderão ser presos, mas não há que se falar em imunidade em relação ao processo, no caso, já que o crime sequer tem relação com as funções desempenhadas pelos parlamentares.

DIREITO CIVIL

- 31.** A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, Decreto-lei 4.657, de 1942 e suas alterações), é formada por normas que incidem no campo da atuação dos agentes públicos. A respeito dessas normas, assinale a seguir a alternativa incorreta:
- a) Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.
 - b) Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente.
 - c) As sanções imputadas ao agente serão aplicadas independentemente das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato.
 - d) A decisão do processo, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, poderá impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos.
 - e) O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.

- 32.** Acerca das disposições civis sobre o domicílio, assinale a alternativa correta:
- a) O domicílio da pessoa natural será, em regra, o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo, tendo várias residências cabe à própria pessoa natural eleger qual delas deve ser considerado seu domicílio.
 - b) O agente diplomático do Brasil, que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado no Distrito Federal ou no último ponto do território brasileiro onde o teve.
 - c) O domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente; o do servidor público, o lugar em que exercer permanentemente suas funções; o do militar, onde servir, e, sendo da Marinha onde o navio estiver matriculado e da Aeronáutica, a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado; e o do preso, o lugar em que cumprir a pena.
 - d) Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados e se a administração, ou diretoria, tiver a sede no estrangeiro, haver-se-á por domicílio da pessoa jurídica, o lugar do estabelecimento do principal estabelecimento.
 - e) O domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, é o lugar onde esta é exercida, mas se a pessoa exercitar profissão em lugares diversos ter-se-á por domicílio da pessoa natural o lugar onde for encontrada.

- 33.** No que se refere à divisibilidade das obrigações, é correto afirmar:
- a) Se a prestação não for divisível, havendo dois ou mais devedores, cada um será obrigado apenas por sua parte na dívida.
 - b) A obrigação apenas será indivisível quando, por sua natureza, a prestação tem por objeto uma coisa ou um fato não suscetível de divisão.
 - c) A obrigação indivisível ficará extinta se um dos credores remir a dívida.
 - d) Se um só dos credores receber a prestação por inteiro, a cada um dos outros assistirá o direito de exigir dele em dinheiro a parte que lhe caiba no total.
 - e) Havendo pluralidade de credores, poderá cada um destes exigir a dívida inteira; mas o devedor se desobrigará, pagando a qualquer deles.

34. Assinale a alternativa que não apresenta entendimento jurisprudencial acerca da responsabilidade civil:

- a) A ausência de registro da transferência não implica a responsabilidade do antigo proprietário por dano resultante de acidente que envolva o veículo alienado.
- b) Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo.
- c) A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data da citação.
- d) Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual.
- e) É indenizável o acidente que cause a morte de filho menor, ainda que não exerça trabalho remunerado.

35. A modalidade de pagamento que configura a extinção de obrigações entre sujeitos que são, ao mesmo tempo, credor e devedor um do outro, gerando extinção das respectivas obrigações denomina-se:

- a) Confusão.
- b) Novação.
- c) Dação em pagamento.
- d) Compensação
- e) Remissão.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

36. Acerca dos princípios gerais do processo, da jurisdição da ação e do processo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Pode-se afirmar que o princípio do contraditório se divide em dois aspectos: um aspecto formal, segundo o qual a parte deve ter efetivo poder de influência nas decisões judiciais, e um aspecto material, que garante o direito de reação e participação das partes.
- b) O conciliador atuará preferencialmente nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes.
- c) O magistrado que decide matéria de ofício sem ouvir previamente as partes viola, principalmente, o princípio da adstrição ou congruência.
- d) Como o Código de Processo Civil prevê a possibilidade de o magistrado produzir provas de ofício, pode-se afirmar que persistem resquícios do modelo inquisitorial no novo diploma.
- e) Não se pode dizer que as multas previstas no Código de Processo Civil para o caso de descumprimento dos deveres processuais refletem um aspecto coercitivo do princípio da cooperação.

37. Considere as seguintes assertivas acerca da conciliação, da mediação e da arbitragem.

- I - A conciliação, a mediação e a arbitragem são informadas pelos princípios da independência, da imparcialidade, da autonomia da vontade, da confidencialidade, da oralidade, da informalidade e da decisão informada.
- II - O conciliador e o mediador ficam impedidos, pelo prazo de 3 anos, contados do término da última audiência em que atuaram, de assessorar, representar ou patrocinar qualquer das partes.
- III - O tribunal deverá criar quadro próprio de conciliadores e mediadores, a ser preenchido por concurso público de provas e títulos.
- IV - Sempre que recomendável, haverá a designação de mais de um mediador ou conciliador.

Estão corretas apenas as assertivas:

- a) III e IV.
- b) I, III e IV.
- c) I, II, III e IV.
- d) I e II.
- e) IV.

38. Ao analisar um recurso interposto contra sentença de primeiro grau o relator de um processo constatou que a sentença atacada contrariava entendimento firmado em incidente de assunção de competência. Nesse caso, o relator:

- a) deverá dar provimento ao recurso liminarmente, sendo desnecessária a oitiva da parte contrária.
- b) deverá verificar se foi facultada à parte contrária a apresentação de contrarrazões e, em seguida, dar provimento ao recurso monocraticamente.
- c) deverá receber o recurso e, obrigatoriamente, submeter a questão ao órgão colegiado competente para julgamento, pois o relator não está autorizado a julgar o mérito monocraticamente.
- d) deverá suspender o processo e encaminhar os autos ao órgão especial do tribunal.
- e) deverá receber o recurso e, obrigatoriamente, submeter a questão ao órgão colegiado competente para julgamento, pois o fato de haver tese firmada em sede de incidente de assunção de competência não autoriza o julgamento monocrático pelo relator.

- 39.** Considerando a jurisprudência pátria dominante, assinale a alternativa correta.
- a) É vedada a concessão de justiça gratuita de ofício pelo magistrado.
- b) Segundo o STJ, o reconhecimento de repercussão geral de um processo pelo Supremo Tribunal Federal implica a automática suspensão de todos os processos pendentes que tratem do mesmo assunto.
- c) É cabível oposição em ação de usucapião.
- d) Os efeitos da sentença que reduz, majora ou exonera o alimentante do pagamento retroagem à data da distribuição da inicial, vedadas a compensação e a repetibilidade.
- e) Compete à Justiça Estadual o processo e julgamento de demanda em que se discute a ausência de ou o obstáculo ao credenciamento de instituição particular de ensino superior no Ministério da Educação como condição de expedição de diploma de ensino a distância aos estudantes.
- 40.** Considere as seguintes assertivas acerca dos Juizados Especiais Federais
- I. Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de trinta dias.
- II. Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de quarenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.
- III. Para efetuar o exame técnico necessário à conciliação ou ao julgamento da causa, o Juiz nomeará pessoa habilitada, que apresentará o laudo até três dias antes da audiência, independentemente de intimação das partes.
- IV. Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado no prazo de sessenta dias, contados da entrega da requisição, por ordem do Juiz, à autoridade citada para a causa, na agência mais próxima da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil, independentemente de precatório.
- a) I, II e IV.
- b) I e III.
- c) I e IV .
- d) II III e IV.
- e) III e IV.

DIREITO PENAL

- 41.** Analise as assertivas a seguir:
- I – O princípio da insignificância, quando reconhecido, afasta a tipicidade material da conduta, não afetando, porém, a tipicidade formal;
- II – O princípio da fragmentariedade do Direito Penal estabelece que o Direito Penal só deve ser utilizado quando os demais ramos do Direito forem insuficientes para a proteção do bem jurídico;
- III – O princípio da reserva legal não impede a existência de normas penais em branco.
- Está correto APENAS o que se afirma em:
- a) I
- b) I e II
- c) I e III
- d) II e III
- e) I, II e III
- 42.** No que tange ao dolo e à culpa, assinale a alternativa CORRETA:
- a) Há dolo eventual quando o agente prevê a possibilidade de ocorrência do resultado e age mesmo assim, acreditando que, com suas habilidades, conseguirá evitar o resultado.
- b) A previsibilidade objetiva não é elemento do crime culposos.
- c) O nexo de causalidade é elemento apenas do crime doloso.
- d) No crime culposos há conduta involuntária.
- e) No dolo direto de segundo grau o agente aceita o resultado como consequência necessária de seu agir.
- 43.** Analise as assertivas a seguir:
- I – A obediência hierárquica e a coação moral irresistível são causas de exclusão da culpabilidade;
- II – A embriaguez acidental parcial não afasta a culpabilidade, mas reduz a pena de um a dois terços;
- III – O erro de proibição invencível afasta a culpabilidade, em razão da ausência de potencial consciência da ilicitude.
- Está correto APENAS o que se afirma em:
- a) I
- b) I e II
- c) I e III
- d) II e III
- e) I, II e III

44. José, primário e de bons antecedentes, foi condenado à pena de 02 anos de reclusão pelo crime de furto simples; Paulo, reincidente, foi condenado à pena de 06 anos de reclusão pela prática do crime de roubo simples; Ricardo, reincidente, mas portador de circunstâncias judiciais favoráveis, foi condenado à pena de 04 anos de reclusão pela prática do crime de receptação qualificada.

Neste caso, é correto afirmar que o regime inicial de cumprimento de pena para cada um dos agentes será, respectivamente:

- a) fechado; semiaberto; aberto
- b) aberto; fechado; semiaberto
- c) aberto; fechado; fechado
- d) aberto; semiaberto; semiaberto
- e) semiaberto; fechado; aberto

45. José, analista judiciário do TRF3, solicitou R\$ 10.000,00 a Pedro, réu em determinado processo criminal, a fim de retardar deliberadamente o andamento do processo, com vistas à prescrição. Pedro aceitou a oferta e pagou os R\$ 10.000,00 a José. Contudo, o servidor não cumpriu sua promessa e deu andamento normal ao processo.

Neste caso, é correto afirmar que:

- a) José praticou o crime de concussão consumada, e Pedro praticou o crime de corrupção ativa.
- b) José praticou o crime de corrupção passiva consumada, e Pedro praticou o crime de corrupção ativa.
- c) José praticou o crime de corrupção passiva tentada, e Pedro praticou o crime de corrupção ativa.
- d) José praticou o crime de corrupção passiva consumada, e Pedro não praticou crime.
- e) José praticou o crime de corrupção passiva consumada, e Pedro deverá ser considerado partícipe do crime praticado por José.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

46. A respeito da conexão e da continência, analise as assertivas a seguir:

- I – Há conexão quando duas ou mais pessoas são acusadas da mesma infração penal;
- II – A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, inclusive no concurso entre a jurisdição comum e a militar;
- III – Será facultativa a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, ou, quando pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação.

Está correto APENAS o que se afirma em:

- a) III
- b) I e III
- c) II
- d) I
- e) II e III

47. Acerca da competência, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- b) Quando o último ato de execução for praticado fora do território nacional, será competente o juiz do lugar em que o crime, embora parcialmente, tenha produzido ou devia produzir seu resultado.
- c) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência será do Juízo do lugar em que for praticado o último ato de execução.
- d) A Justiça Comum Estadual é competente para processar e julgar demanda em que indígena figure como autor ou vítima.
- e) Compete à Justiça Federal processar e julgar prefeito municipal por desvio de verba sujeita a prestação de contas perante órgão federal.

48. José foi denunciado pelo Ministério Público pela prática do crime de estelionato (pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa). Determinada a citação de José, o Oficial de Justiça certifica que o acusado se encontra em local desconhecido:

Neste caso, é correto afirmar que a citação de José deverá se dar:

- a) por edital, com prazo de 05 dias.
- b) por hora certa, e José terá o prazo de 10 dias para apresentar resposta à acusação.
- c) por edital, ainda que José esteja preso na mesma Unidade da Federação.
- d) por edital, sendo desnecessária a transcrição da denúncia ou resumo dos fatos no edital de citação, desde que haja indicação do dispositivo da lei penal violado.
- e) Por edital, ficando suspenso o processo e o curso do prazo prescricional.

49. O Ministério Público denunciou José pela prática do crime de roubo simples (pena: reclusão de 04 a 10 anos e multa). Na peça exordial, o MP requereu a decretação da prisão preventiva de José. O Juízo recebeu a denúncia, mas indeferiu o pedido de decretação da prisão preventiva, ao argumento de que o crime em questão não admite a preventiva.

Neste caso:

- a) O recurso cabível é o recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, mas a fundamentação do Juízo está correta.
- b) O recurso cabível é o recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias, mas a fundamentação do Juízo está correta.
- c) O recurso cabível é o recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias, e a fundamentação do Juízo está incorreta.
- d) O recurso cabível é o recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, e a fundamentação do Juízo está incorreta.
- e) embora não haja recurso cabível, o MP poderá se valer do Mandado de Segurança.

50. No que se refere às provas, analise as assertivas a seguir:

- I – É facultado ao Juiz, de ofício, ordenar a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes, mesmo antes de iniciada a ação penal;
- II - O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora;
- III - O silêncio do acusado não importará em confissão, mas poderá ser interpretado em prejuízo da defesa;
- IV - A testemunha que morar fora da jurisdição do juiz será inquirida por carta precatória, suspendendo-se o curso da instrução criminal.

Está correto APENAS o que se afirma em:

- a) I
- b) I e II
- c) II
- d) III e IV
- e) II e IV

DIREITO TRIBUTÁRIO

51. De acordo com o Código Tributário Nacional (CTN), o fato gerador do imposto

- a) pode ser o exercício regular do poder de polícia.
- b) pode ser a valorização imobiliária, decorrente de obras públicas.
- c) consiste na utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico ou divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

- d) independe de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- e) depende de uma atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

52. O princípio da anterioridade nonagesimal veda que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios cobrem tributos antes de 90 dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou. Assinale a alternativa que representa um imposto que se submete ao referido princípio tributário:

- a) Imposto de Importação;
- b) Imposto de Exportação;
- c) Imposto sobre Produtos Industrializados;
- d) Impostos Extraordinários de Guerra;
- e) Imposto de Renda;

53. A competência tributária:

- a) trata exclusivamente das atribuições de arrecadar, fiscalizar e cobrar os tributos.
- b) é indelegável, inclusive as atribuições de arrecadar, fiscalizar e cobrar os tributos instituídos.
- c) é indelegável, salvo as atribuições de arrecadar, fiscalizar e cobrar os tributos instituídos.
- d) é obrigatória
- e) O não exercício da competência tributária a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.

54. Aponte a alternativa correta, em relação aos preceitos do Código Tributário Nacional, relativos à interpretação e integração da legislação tributária:

- a) O emprego da equidade, se devidamente fundamentado, poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido;
- b) A lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto à autoria, imputabilidade, ou punibilidade;
- c) Interpreta-se extensivamente a legislação tributária que disponha sobre isenção;
- d) Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre remissão;
- e) Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, bem como para definição dos respectivos efeitos tributários.

55. Julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- () O lançamento é constitutivo da obrigação tributária e declaratório do crédito tributário.
 - () O lançamento é revisto de ofício pela autoridade administrativa quando determinado em lei.
 - () O lançamento é declaratório da obrigação tributária e constitutivo do crédito tributário.
 - () O lançamento pode ser revisto pela autoridade tributária, desde que haja erro de direito.
- a) V, F, F, V
b) F, V, V, F
c) F, V, F, V
d) F, V, V, V
e) F, F, V, V

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

56. Em relação à Seguridade Social na Constituição Federal de 1988, podemos afirmar:

- a) A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de suas autarquias e fundações, bem como das contribuições sociais.
- b) As contribuições sociais de Seguridade Social só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da vigência da lei que as houver instituído ou modificado, podendo ser exigidas no mesmo exercício financeiro.
- c) São imunes de contribuição para a Seguridade Social todas as entidades beneficentes de assistência social sem fins lucrativos.
- d) É assegurado o reajustamento dos benefícios previdenciários para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.
- e) É vedada a filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência, salvo quando já estiver aposentada.

57. É segurado obrigatório do RGPS, na qualidade de contribuinte individual:

- a) o brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se segurado na forma da legislação vigente do país do domicílio.
- b) o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais

c) quem presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviços de natureza urbana ou rural definidos no regulamento, com a intermediação obrigatória do órgão gestor de mão-de-obra ou do sindicato da categoria.

d) a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros a título de mútua colaboração, na condição de seringueiro ou extrativista vegetal, que exerça suas atividades nos termos da lei e faça dessas atividades o principal meio de vida.

e) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.

58. São parcelas integrantes do salário-de-contribuição, exceto:

- a) salário-maternidade.
- b) décimo-terceiro salário.
- c) salário pago sob forma de utilidades.
- d) hora repouso alimentação.
- e) férias gozadas.

59. Sobre o benefício de auxílio-doença podemos afirmar, exceto:

- a) Não será devido o auxílio-doença ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício, exceto quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento da doença ou da lesão.
- b) Não será devido o auxílio-doença para o segurado recluso em regime fechado.
- c) O segurado em gozo de auxílio-doença na data do recolhimento à prisão terá o benefício suspenso.
- d) A suspensão do auxílio doença será de até 60 (sessenta) dias, contados da data do recolhimento à prisão do segurado, cessado o benefício após o referido prazo.
- e) Na hipótese de o segurado ser colocado em liberdade antes do prazo de 60 dias, contados da data do recolhimento à prisão, o segurado terá direito à percepção do benefício por todo o período devido.

60. Em relação ao Benefício de Prestação Continuada previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – BPC/LOAS, NÃO podemos afirmar:

- a) O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.
- b) O Benefício de Prestação Continuada previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – BPC/LOAS não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo os da assistência médica e da pensão especial de natureza indenizatória.
- c) Para os efeitos da análise e concessão do BPC/LOAS, a família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os avós, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto
- d) A condição de acolhimento em instituições de longa permanência não prejudica o direito do idoso ou da pessoa com deficiência ao benefício de prestação continuada.
- e) A contratação de pessoa com deficiência como aprendiz não acarreta a suspensão do benefício de prestação continuada, limitado a 2 (dois) anos o recebimento concomitante da remuneração e do benefício.

QUESTÃO DISCURSIVA

José, Procurador da República com atuação na cidade de São Paulo-SP, foi investigado em inquérito policial pela suposta prática de crime de lesão corporal grave ocorrido em Campinas-SP, crime este praticado quando José ainda não exercia a função pública.

Ao final das investigações, porém, concluiu-se que não havia elementos de convicção suficientes para o ajuizamento de denúncia em desfavor de José, tendo o Ministério Público promovido pelo arquivamento dos autos, que foi homologado pelo Juízo competente.

Tendo em conta o caso narrado, responda fundamentadamente aos seguintes questionamentos:

- a) A decisão de arquivamento, no caso narrado, impede a retomada futura das investigações?
- b) O arquivamento do Inquérito Policial pode fazer coisa julgada material em alguma hipótese?
- c) Qual seria o Juízo competente para processar e julgar José em caso de ajuizamento da denúncia? Há foro por prerrogativa de função?

Obs.: disponibilizamos um serviço de correção especificamente para este simulado, em conformidade com os critérios utilizados pela banca Cebraspe (Cespe).

Link para correção da sua discursiva:

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/cursosPorConcurso/discursivas-para-concursos/>

FOLHA DE RESPOSTA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TRF3-23-11>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE